



**15 ANOS DE ANPUR
MEMÓRIA
DOS PRESIDENTES**

ANPUR: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA PROPOSTA 1993-1995

WRANA MARIA PANIZZI

Ao longo dos seus quinze anos de existência, a ANPUR tem sido simultaneamente uma testemunha e um agente das transformações vividas pela sociedade brasileira, no caminho da reconstrução da democracia e da busca de um padrão de modernização que concorra para a diminuição das acentuadas desigualdades sociais herdadas do passado. A Associação ganhou vida, cresceu e se afirmou num período marcado, também, por um novo ciclo de mudanças na organização territorial do país.

Durante esse tempo a ANPUR, entidade com perfil acadêmico, pluridisciplinar e formada por membros institucionais, tem empenhado seus esforços no sentido de cumprir com suas finalidades estatutárias: incentivar o estudo, o ensino e a pesquisa no âmbito do planejamento urbano e regional; contribuir para a compreensão e o equacionamento dos nossos problemas nestas áreas; promover a divulgação destes estudos por meio de reuniões científicas, eventos e publicações, bem como incentivar o intercâmbio entre associados e a cooperação com entidades similares nacionais ou internacionais. Tivemos a honrosa tarefa de presidi-la em um momento que, em nosso entender, se caracterizou por um grande esforço da comunidade anpuriana a fim de consolidar essa proposta.

Assumimos a Presidência da ANPUR para o período 1993-1995, tendo Naia Oliveira como secretária executiva e, como companheiros de diretoria, os colegas Roberto Monte-Mór, Hermes Magalhães Távares e José Carlos Cavalcanti; no Conselho Fiscal, contamos com a colaboração de Suzana Pasternak Taschner, Isaías Carvalho Santos Neto e Benny Schvasberg. No início dos anos 90, a sociedade brasileira recém começava a superar uma etapa de grandes dificuldades. No terreno econômico, os anos 80 ficaram conhecidos como “a década perdida”. Mas esse foi um período em

que presenciamos, também, o ascenso da luta pelo restabelecimento da democracia no país, que culminou com a promulgação, em outubro de 1988, da nova Constituição Federal. Esta haveria de influenciar profundamente vários aspectos da vida nacional, e até mesmo as políticas e o planejamento urbanos.

ANOS 90 O FIM DE UM CICLO

Os anos 80 haviam sido marcados pela recessão. Entre 1981 e 1992 a taxa média de crescimento econômico caíra para apenas 1,5%, enquanto o crescimento populacional atingia 1,9% ao ano. Isto significou uma redução do PIB *per capita*. Paralelamente, em meio a uma grave crise fiscal, esgotava-se o padrão anterior de intervenção do Estado e de financiamento das políticas públicas.

A falência do Sistema Financeiro da Habitação, consubstanciada na extinção do BNH, foi emblemática, representando o colapso da forma até então vigente de intermediação financeira na produção habitacional. Os atores tradicionalmente envolvidos – Estado e capitais privados – foram momentaneamente “deslocados” do mercado imobiliário, verificando-se um progressivo aumento da presença da própria população nesse processo, mediante a autoconstrução. Na esteira das mudanças na estrutura do mercado de trabalho (menos empregos formais) e da distribuição de renda (mais concentração), a proliferação de habitações precárias espalhou-se pelas cidades brasileiras, principalmente nas regiões metropolitanas, aumentando também, visivelmente, o contingente de moradores de rua.

Tais condições acabariam por provocar uma crescente politização da questão urbana, ao longo da década

da. À raiz das desigualdades geradas pelo modelo econômico implantado pelo regime autoritário, novas forças sociais haviam surgido na cena política brasileira. Durante o processo de redemocratização, os chamados “movimentos sociais urbanos” fizeram-se portadores das demandas dessas amplas camadas da população, que reivindicavam maior participação nos benefícios da urbanização e na gestão das cidades.

Consoante com essas mudanças, a concepção do urbano e do planejamento passou, também, por uma profunda modificação. Nas décadas de 1960 e 1970 predominara a visão tecnocrática dos problemas urbanos, enfrentados mediante um conjunto de políticas e instrumentos de planejamento cuja função primordial era a eficiência na gestão das cidades, para eliminar os focos de tensão. Essa orientação correspondeu ao sistema de planejamento altamente centralizado e centralizador, representado por órgãos como o Serphau, a CNPU e o CNDU. Foi o padrão predominante por muito tempo, mas acabou fortemente contestado como gerador de conflitos ainda maiores no meio urbano.

Já os anos 80 se caracterizaram por propostas alternativas, encabeçadas por diferentes agentes sociais e pautadas pela idéia de uma reforma urbana modernizadora e um padrão de planejamento em que a intervenção pública ordenadora e racionalizadora teria que vir, necessariamente, associada a uma visão redistributivista.

Com a reafirmação da gravidade dos problemas urbanos, colocados no centro das questões sociais, propugnava-se que o espaço nacional (principalmente as cidades) deviam ser objeto de políticas públicas com ênfase nos problemas habitacionais. Ou seja, o planejamento ainda era visto como ferramenta indispensável para enfrentar esses problemas, o que revelava a persistência da crença no papel voluntarista, tanto do Estado quanto das vanguardas políticas, postura que se tornou visível na Constituinte.

Pelo lado dos organismos estatais, o que se observou foi uma sucessão de siglas – MDU, Ministério do Urbanismo, do Bem-Estar e da Ação Social, Secretaria da Integração Regional. Nos três anos que antecederam a Assembléia Nacional Constituinte (governo Sarney) intensificaram-se as ações setoriais de caráter esporádico e assistencialista, sob a égide da Sehaç, o que significou um vazio de políticas, em sentido estrito, e uma liquidação definitiva das antigas agências de planejamento.

Paralelamente, entidades representativas de setores populares, apoiadas por uma articulação de associações técnico-corporativas (como o IAB e a OAB) e entidades técnico-profissionais de assessoramento (Fase, Ansur, Polis e outras), reuniram-se no Movimento pela Moradia, vindo a ter grande influência na Assembléia Constituinte. As discussões centraram-se nas desigualdades e nos direitos sociais, no questionamento dos ganhos (lícitos ou ilícitos) na produção da cidade e na exclusão social e política das camadas populares. Como apontou Luiz César Q. Ribeiro, as propostas desses setores expressavam, ao mesmo tempo, uma afirmação do caráter “autonomista” do movimento e a reivindicação de “proteção” por parte do Estado.

A NOVA CONSTITUIÇÃO E O PLANEJAMENTO

Pode-se dizer que a Constituição de 1988 marcou o fim do padrão de planejamento tecnocrático e incorporou as intenções redistributivistas.

Em primeiro lugar, criou instrumentos para promover a descentralização administrativa e a redistribuição de recursos tributários, dando melhores condições para a atuação de estados e municípios em seu território. O princípio constitucional de valorização dos poderes locais engendrou um sistema de competências mais complexo, no qual os estados têm autonomia para auto-organização (podendo instituir, por lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões). Os municípios passam a reger-se por lei orgânica, desaparecendo a ingerência dos estados na fixação de normas de organização municipal. O Art. 182 tornou o planejamento obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

Em seguida, com a definição da função social da propriedade, a nova Carta previu a elaboração de instrumentos para diminuir a retenção de áreas e a especulação imobiliária, tais como parcelamento/edificação compulsória, imposto progressivo sobre a propriedade, desapropriação. O usucapião urbano, por sua vez, veio permitir a regularização de áreas ocupadas como local de moradia, para aquisição por parte de sujeitos não-proprietários de outro imóvel.

Por fim, a participação popular no processo legislativo ficou garantida no texto constitucional, por meio da possibilidade de instituir mecanismos para

ampliar a inclusão de novos grupos sociais no planejamento, na defesa de seus interesses.

A Constituição de 1988 abriu caminho a uma maior descentralização e democratização da gestão pública, de modo que o país adentrou a década de 1990 sob seus efeitos, mas ainda sem a definição de um projeto nacional de desenvolvimento e, por conseqüência, sem projetos no que se refere a políticas urbanas de alcance nacional. Sintomaticamente, o tema do V Encontro Nacional da ANPUR, em 1993, foi “Encruzilhadas das modernidades e planejamento”, tendo a discussão girado em torno às opções que se faziam necessárias quanto aos destinos do planejamento no Brasil.

A par das indefinições da esfera federal, os governos estaduais e municipais, com os novos instrumentos propiciados pela Constituição, tomaram a iniciativa de formular e implementar propostas próprias, baseadas na descentralização e na participação direta da população. Para tanto, tornou-se imperativo reformular a concepção de planejamento, com vistas a superar o impasse entre dimensões técnicas e políticas, e instaurar um novo padrão, no qual os agentes não-estatais cresciam em importância no que diz respeito, principalmente, à busca de mais eficiência na gestão urbana. Nesse sentido, procurou-se diversificar as fontes de financiamento, incentivar as parcerias entre poder público e agentes privados e experimentar mecanismos práticos capazes de combinar democracia representativa com as formas diretas de representação, previstas no Art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal.

O conjunto de experiências daí resultantes logo veio a constituir-se em objeto privilegiado de observação por parte dos pesquisadores da área. Não por acaso, nessa fase, o tema “agentes” tornou-se recorrente nas análises sobre política urbana. Um levantamento nos Anais dos Encontros da ANPUR (1989, 1991 e 1993) mostrou uma concentração de estudos sobre atores coletivos urbanos, suas formas de atuação e interação. Merece destaque a emergência de duas modalidades de organização:

- órgãos colegiados, instituídos nas diferentes instâncias da federação, formados por representantes dos principais interesses em jogo (freqüentemente com um núcleo técnico de apoio a seu funcionamento), destinados a compartilhar com o Estado funções de fiscalização e controle;

- instituições privadas de representação direta, tais como entidades de categorias profissionais e econômicas, e entidades de caráter temático (ecológicas, tributárias, científicas, culturais etc.) com certo grau de universalidade em suas funções e cuja atuação, em última instância, se remete ao Estado.

Estas últimas, como bem observou o ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, constituem a esfera pública não-estatal por excelência. Agregando-se às instituições tradicionais de caráter estatal (como os parlamentos e os tribunais), tendem a tornar-se tanto mais importantes quanto mais ineficientes se mostrem os órgãos tradicionais de controle e representação previstos na Constituição. Sua existência contribui para que o Estado passe a imprimir uma nova dinâmica às suas instituições, empresas e agências, e à própria democracia representativa. A possibilidade de controle público sobre o poder estatal – que elas significam – representou uma inovação da maior importância para os rumos assumidos pelo planejamento, desde então.

NOVOS TEMPOS, NOVOS DESAFIOS

No início dos anos 90 não se vislumbrava, ainda, uma política urbana abrangente, com diretrizes definidas para a ordenação global do território e para as ações setoriais, que expressasse claramente a intenção de orientar o processo de urbanização, promover a realização das funções econômicas e sociais das cidades, assegurar a qualidade ambiental, contribuir para o amplo acesso da população a condições de vida condignas. Além disso, o esquema de financiamento da política urbana não fora claramente definido na Constituição, ficando na dependência de um novo pacto federativo.

Mas, nesse momento já estávamos sendo confrontados com os fenômenos ligados à reestruturação econômica mundial, cujos efeitos sobre os circuitos produtivos e, conseqüentemente, sobre a divisão social e territorial do trabalho acarretavam impactos sobre nosso próprio território.

No quadro dessa complexa realidade, ainda pouco investigada e decifrada, uma entidade como a ANPUR, que congrega a comunidade dos docentes e pesquisadores das mais importantes instituições de ensino e pesquisa em planejamento regional e urbano, encontraria, uma vez mais, um enorme terreno de con-

tribuição ao país, na busca de soluções desde longa data aguardadas pela sociedade brasileira.

No período 1993-1995, em que, junto com os companheiros citados, estivemos a cargo da condução da ANPUR, nos empenhamos em fazê-la avançar e capacitar-se em relação aos novos desafios, recolhendo e consolidando suas melhores tradições de trabalho, tanto no plano intelectual e científico, quanto no plano propriamente associativo. As atividades impulsionadas procuraram responder ao programa de trabalho que fora estabelecido para essa gestão, dentro do qual foi dada grande importância às tarefas de comunicação e informação, consideradas fundamentais para assegurar a vitalidade da Associação. Nesse sentido, o *Boletim da ANPUR* foi uma peça chave: foram produzidos quatro números, por meio dos quais foi dada ampla divulgação às atividades de filiados e associados, levando a cada um as informações indispensáveis para mantê-los ligados à Associação. Este papel pode ser melhor aquilatado quando se tem em conta que o *Boletim* foi o principal veículo de divulgação e discussão das propostas para a reforma dos estatutos da ANPUR.

No plano da produção científica, logo de início, tivemos a satisfação de ver publicado o livro *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas* que, sob a coordenação da professora Flora Gonçalves, reuniu os resultados da participação da ANPUR na SBPC de 1993, em Recife. Essa publicação tornou-se referência indispensável para a compreensão da fase que, resumidamente, aqui tentamos reportar.

Em 1994, várias atividades sob responsabilidade dos filiados e associados da ANPUR deram seqüência ao debate, tanto sobre os temas tradicionais quanto sobre outros que se impunham por sua contemporaneidade.

O encontro “Imagens da cidade”, realizado em abril, sob a coordenação das professoras Célia Ferraz de Souza e Sandra Jatahy Pesavento (PROPUR/UFRGS), promoveu a discussão aprofundada, com um grupo especializado, sobre os discursos e imagens que fazem parte do que se convencionou chamar de “imaginário social” sobre a cidade, como campo de representação do real, e que não se confunde com ele. As imagens urbanas, veículos visuais de idéias e significados, expressam-se pela iconografia, fotografia, desenho, cartografia, pintura, ou ainda pelos discursos literários, políticos e técnicos. No que se refere especificamente ao planejamento urbano e ao urbanismo, o estudo do

imaginário nos remete às atividades exercidas e desenvolvidas sobre um território, onde se desenvolvem as práticas sociais através dos tempos, e exige uma abordagem interdisciplinar, na qual os diversos olhares sobre a cidade são avaliados. Foi o que o Encontro tratou de propiciar: um espaço interinstitucional de troca.

Em agosto desse mesmo ano aconteceu o seminário internacional sobre “As origens das políticas urbanas modernas: Europa e América Latina – empréstimos e traduções”, numa promoção conjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e o Centre de Sociologie Urbaine (CSU/CNRS). Coordenado pelos professores Luiz César de Queiroz Ribeiro e Robert Pechman (IPPUR-UFRJ), esse evento representou o desfecho de uma pesquisa comparativa desenvolvida por essas instituições ao longo de dois anos, propondo-se a ser o ponto de partida para a construção de uma rede de pesquisadores dedicados ao tema. Participaram cerca de trinta especialistas europeus e latino-americanos.

Partindo da premissa de que a “ciência urbana” surgiu como um campo de reflexão sobre a sociedade moderna, abrindo passo à crença na possibilidade de utilizar regras e modelos cientificamente definidos para enfrentar os problemas urbanos, foram debatidos, nesse seminário, projetos de reforma social e reforma urbana, formulados em diferentes realidades e tempos históricos. O temário abrangente incluía, entre outros itens: estudo do urbanismo e das políticas habitacionais no quadro dos projetos reformadores; categorias de formulação dos problemas urbanos, diagnósticos e prescrições; dispositivos de observação da cidade, regras e modelos de intervenção; o meio político, social, cultural e profissional dos reformadores; grupos profissionais e trajetórias individuais – atores da reforma urbana; emergência do urbanismo como disciplina e como profissão; urbanistas franceses, ingleses, italianos e americanos na América Latina – importação e exportação de saberes e técnicas.

Em setembro, teve lugar o seminário de “História da cidade e do urbanismo”, no Programa de Mestrado em Arquitetura da USP/São Carlos, com a coordenação do professor Carlos Martins. Foi o terceiro de uma série de encontros bienais, que visam, também, a constituição de uma rede latino-americana de pesquisa sobre o tema.

A culminância de toda essa eferescência foi – aliás, como tem sido desde a criação da entidade – a rea-

lização do VI Encontro Nacional da ANPUR, que aconteceu em maio de 1995, em Brasília (DF), organizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

A ANPUR AOS DEZ ANOS

O VI ENA marcou os dez anos da realização do primeiro encontro da Associação, em Nova Friburgo. Desde então, as reuniões sucederam-se a cada dois anos, com um número sempre crescente de participantes e de trabalhos apresentados. Isto porque, por um lado, cresceu o número de sócios (tanto na categoria de filiados como na de associados) em todas as regiões do país e, por outro, pela progressiva inserção alcançada pela Associação na sociedade.

Tendo como eixo temático “Modernidade, exclusão e espacialidades do futuro”, o VI ENA dedicou-se à reflexão sobre as transformações por que vem passando o espaço urbano e regional, tanto no âmbito local quanto mundial, face a processos de mudança tecnológica; desregulamentação nas relações de trabalho; formação de associações empresariais internacionais e incremento do comércio mundial; crescente interdependência política. A chamada “globalização” tornou-se um tema imperativo para uma comunidade composta por instituições e estudiosos que se dedicam a compreender essa dinâmica, tão complexa e tão intimamente ligada ao planejamento. Os vários eixos temáticos procuraram retratar o “estado das artes” do conjunto de pesquisas desenvolvidas pelos diversos centros.

Os trabalhos que abordavam “Estado e planejamento urbano e regional” enfocaram os aspectos político-institucionais da gestão do território, da reforma constitucional e planejamento urbano, o neoliberalismo e as políticas urbanas e sociais, a crise habitacional e a expansão de periferias, a gestão de regiões urbanas e de políticas públicas. Novos conceitos, práticas e instrumentos teórico-metodológicos e político-institucionais – simulador de cidades, geoprocessamento, operações interligadas, impostos patrimoniais imobiliários e reforma tributária, índices de aproveitamento, solo criado e plano diretor como instrumento de pacto social – foram examinados.

Em “Urbanização, desenvolvimento regional e meio ambiente” foi retomado o enfoque regional, com contribuições sobre avaliação de impacto de grandes projetos, cidades industriais planejadas, gestão am-

biental, gestão metropolitana e meio ambiente urbano, e também sobre fenômenos em curso, como desconcentração espacial, migrações e transformações na fronteira meridional em razão do Mercosul.

A “Dinâmica intra-urbana e infra-estrutura social e econômica” foi analisada de várias formas: desde os ângulos já tradicionais da dinâmica imobiliária, das relações entre transformações socioeconômicas e uso do solo, regularização fundiária e mercado de terras, até aspectos como qualidade de vida na cidade e problemas metodológicos relativos a índices capazes de aferi-la.

O pensamento urbanístico moderno e pós-moderno, as questões conceituais da espacialização contemporânea, semiótica, imagem e representações sociais da cidade foram temas tratados no eixo “História, preservação e imagem urbana”.

“Agentes e formas de interação socioespacial”, como já mencionamos, foi a temática que mais se expandiu desde os anos 80, sendo apresentados vários trabalhos sobre associações políticas voluntárias, associações de moradores, ONGs, parcerias, redes de ação coletivas, movimentos sociais, neo-regionalismo de base popular.

Os “Temas emergentes” revelaram toda a capacidade que tem a ANPUR, representada por seus pesquisadores, para manter-se em sintonia com os fenômenos que, embora ainda obscuros para os observadores e analistas, traduzem novas demandas sociais.

A atualíssima questão das infovias (vias de transporte de informações de diversas naturezas: imagens, sons, dados) foi abordada do ponto de vista da divergências sobre os monopólios das telecomunicações nos países latino-americanos, da situação das infovias nacionais e dos desafios a serem enfrentados para sua expansão futura, da necessidade de um fórum adequado para a discussão das políticas para o setor no país.

A emergência de processos econômicos que se estendem além das fronteiras nacionais provocou indagações não só sobre as transformações territoriais em curso, mas também sobre as espacialidades do futuro. As inovações atuais permitem a associação das telecomunicação às técnicas de tratamento de dados, conferindo às redes uma potência muito maior. As distâncias se contraem pela instantaneidade das transmissões, facilitando a integração do território e a articulação do mesmo à economia internacional; os eventos passam a ser determinados, simultaneamente, por interações locais e concepções globais. Nesse contexto, estaria o es-

paço se tornando uma noção em desuso, desprovida de sentido, qualquer coisa de indiferenciado ou homogêneo? Não, pois graças às redes ocorre seletividade espacial e a importância estratégica da localização geográfica vem sendo, de fato, ampliada.

E como repensar a questão regional? Até então a região, em termos de gestão ou planejamento, foi vista como parte de um Estado nacional. Com o reconhecimento dos novos processos de integração em escala mundial, o Estado vem sendo questionado, sua dissolução parece ser a tendência, mas a maioria dos estudos concluía que o Estado continua sendo uma instância central de legitimação do poder e o destinatário principal das demandas da população.

Outros processos ligados à globalização – como, por exemplo, a reorganização e refuncionalização do espaço urbano que se orientam para uma nova inscrição das cidades no território nacional e internacional – também foram tratados como temas emergentes. Foram analisados vários casos de política de *city marketing* das administrações municipais, as quais deram origem a projetos urbanísticos de reorganização dos espaços urbanos com vistas a adequá-los às demandas por melhor qualidade de vida e dar-lhes condições de concorrer com outras metrópoles, na atração de investimentos e na localização de atividades, principalmente terciárias.

A política de intercâmbios internacionais da ANPUR se viu extremamente fortalecida com as articulações feitas com a Association of European Schools of Planning (AESOP), a Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP) e a Association of Collegiate Schools of Planning (ACSP), que resultaram na organização de uma mesa redonda no VI ENA, em que foram amplamente discutidas as perspectivas de integração em pesquisa e planejamento regional, entre essas e outras associações, no continente.

Como sintetizou Carlos Vainer, quando da publicação dos *Anais* desse encontro: “O VI ENA ... reuniu pesquisadores de todo o país, dedicados a desvendar a realidade complexa que a todos desafia e a propor caminhos. Enfocou as dificuldades que enfrentam as universidades e centros de ensino e pesquisa autônomos, sem os quais o desenvolvimento científico e tecnológico estará comprometido. Os trabalhos refletem uma visão ampla das múltiplas correntes de pensamento que hoje alimentam o debate científico-acadêmico

na área de planejamento urbano e regional, que extrapola os muros das universidades para se converter em práticas e experiências concretas, num número cada vez maior de administrações locais, organizações não-governamentais e movimentos populares”.

Ainda em 1994 teve início, sob responsabilidade da Diretoria e com a colaboração dos filiados da ANPUR, o projeto “Avaliação do planejamento urbano e regional no Brasil”, com o qual se buscava verificar como as novas condições de produção econômica e de organização territorial (descentralização produtiva), as novas condições políticas (abertura democrática) e institucionais (nova Constituição Federal e novas leis orgânicas municipais) estariam afetando tanto as práticas de planejamento quanto o ensino e a pesquisa nesse campo.

Essa experiência, a nosso ver, pode ser considerada uma das mais promissoras empreendidas no âmbito da Associação, na época, uma vez que, além de voltar-se para uma problemática que é central no nosso campo de trabalho, desenvolveu-se de forma articulada, com ampla participação dos programas e centros filiados e associados. Representou, sem dúvida, um passo a mais na concretização de um dos objetivos básicos da ANPUR: envolver grupos de pesquisa para cumprir com o objetivo dos Estatutos sobre redes de pesquisa.

Foram trabalhados eixos temáticos relativos a “Ensino e formação”, “Instrumental científico e metodológico”, “Atores e formas de interação” e “Novas realidades e problemas atuais”. Em outubro de 1994, foi realizado um *workshop*, em Gramado, no Rio Grande do Sul, apresentando os resultados preliminares. Por fim, um documento síntese foi encaminhado ao VI ENA, quando então foi feita uma discussão detalhada e aprofundada dos resultados da pesquisa.

Cabe aqui destacar o empenho da Comissão Científica, formada pela Diretoria da ANPUR e mais quatro colegas (professoras Regina Pacheco, Eva Samios, Tânia Fischer e Rosélia Piquet), que atuou ao longo de todo o processo, bem como o apoio recebido dos órgãos financiadores: Finep e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – Fapergs.

Dada sua reconhecida importância, o projeto foi assumido decididamente pela gestão seguinte, tendo sua continuidade garantida.

O grupo que conduziu a ANPUR de 1993 a 1995 procurou fazer um trabalho de fortalecimento da enti-

dade, tanto pela expansão dos contatos internacionais com vistas a estabelecer intercâmbios, quanto tratando de aproximar a Associação dos programas e entidade filiadas e/ou associadas. Foram promovidas reuniões em Porto Alegre, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo. Foi, também, nesse período que aconteceu a reforma dos Estatutos, processo no qual o *Boletim da ANPUR* cumpriu a importante função de ser o veículo de divulgação das iniciativas e propostas feitas pelos programas e entidades filiadas. A Comissão criada para sintetizá-las apresentou o resultado no VI ENA, quando então foram votadas e aprovadas as modificações.

Ao entregar a condução da Associação à nova Diretoria eleita em maio de 1995, deixamos garantida, na Finep, a pré-aprovação dos eventos programados para esse ano: o seminário sobre “Espaço e tempo – tecnologias da informação e comunicação”, anteriormente com o título de “Macroubanização e cultura”, sob a coordenação das professoras Ana Clara T. Ribeiro e

Tamara Egler (IPPUR/UFRJ), e o Seminário sobre “Paradigmas, métodos e metodologias na área dos estudos urbanos”, com a coordenação da professora Ana Fernandes (FAU/UFBA).

Hoje, quando nos encontramos quase ao final de mais uma década (a um passo do novo século!), constatamos que a produção de conhecimento já não pode ocorrer dentro de instituições isoladas, nem se viabiliza só pelo trabalho individual dos pesquisadores. Nesse contexto, uma entidade como a ANPUR pode significar um novo patamar de interação e cooperação na produção científica. Olhando retrospectivamente a trajetória da Associação, vemos que se encontra reestruturada e atualizada, apta a dar continuidade a toda uma tradição, construída com o esforço persistente de seus integrantes e, ao mesmo tempo, expandir seu âmbito de atuação, aperfeiçoando os mecanismos de funcionamento, de modo a enfrentar os novos desafios, como tem sido a marca de sua história.